

LEGISLAÇÃO PORTUGUESA

▪ Álcool

▣ **Portaria n.º 1556/2007, de 10 de Dezembro**

Aprova o Regulamento dos Alcoolímetros. Revoga a Portaria n.º 748/94, de 3 de Outubro.

▣ **Portaria n.º 390/2002, de 11 de Abril**

Aprova o regulamento relativo às prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de consumo, disponibilização e venda de bebidas alcoólicas nos locais de trabalho da administração pública central e local.

▣ **Decreto-Lei n.º 9/2002, de 24 de Janeiro**

Estabelece restrições à venda e consumo de bebidas alcoólicas e altera os Decretos-Leis n.os 122/79, de 8 de Maio, 252/86, de 25 de Agosto, 168/97, de 4 de Junho, e 370/99, de 18 de Setembro.

▣ **Decreto-Lei n.º 332/2001, de 24 de Dezembro**

Altera o Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de Outubro.

▣ **Decreto-Lei n.º 318/2000, de 14 de Dezembro**

Reorganiza e reestrutura os centros regionais de alcoologia.

▣ **Resolução do Conselho de Ministros n.º 166/2000, de 29 de Novembro**

Aprova o Plano de Acção contra o Alcoolismo.

▣ **Resolução da Assembleia da República n.º 76/2000, de 18 de Novembro**

Combate ao Alcoolismo.

▣ **Decreto-Lei n.º 300/99, de 5 de Agosto**

Estabelece o regime fiscal relativo ao imposto sobre o álcool etílico e as bebidas alcoólicas (IABA) procedendo à fusão dos Decretos-Leis n.º 117/92, de 22 de Junho e 104/93, de 5 de Abril.

▣ **Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/99, de 8 de Maio**

Cria uma comissão interministerial para analisar e integrar os múltiplos aspectos associados à luta contra o alcoolismo.

▣ **Decreto-Lei n.º - 211/94, de 10 de Agosto**

Regulamenta a constituição de garantias de pagamento dos impostos especiais sobre o álcool e sobre o consumo de bebidas alcoólicas.

▣ **Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de Outubro**

Aprova o Código da Publicidade.

▪ Prevenção rodoviária / condução sob influência de substâncias

▣ **Despacho normativo n.º 35/2007, de 25 de Setembro**

Aprova o guia orientador de influência por substâncias psicotrópicas.

▣ **Portaria n.º 902-B/2007, de 13 de Agosto**

Fixa os requisitos a que devem obedecer os analisadores quantitativos, o modo como se deve proceder à recolha, acondicionamento e expedição das amostras biológicas destinadas às análises laboratoriais, os procedimentos a aplicar na realização das referidas análises e os tipos de exames médicos a efectuar para detecção dos estados de influenciado por álcool ou por substâncias psicotrópicas. Revoga a Portaria n.º 1006/98, de 30 de Novembro.

■ **Portaria n.º 902-A/2007, de 13 de Agosto**

Aprova a tabela de taxas a cobrar no âmbito da fiscalização da condução sob influência do álcool ou substâncias psicotrópicas. Revoga a Portaria n.º 1005/98, de 30 de Novembro.

■ **Lei n.º 18/2007, de 17 de Maio**

Aprova o Regulamento de Fiscalização da Condução sob Influência do Álcool ou de Substâncias Psicotrópicas.

■ **Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de Fevereiro**

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 53/2004, de 4 de Novembro, altera o Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio.

■ **Acórdão n.º 8/2004, de 27 de Dezembro**

Ao crime do artigo 158.º, n.º 3, do Código da Estrada de 1998, para além de ser aplicada a pena prevista no artigo 348.º, n.º 1, do Código Penal revisto em 1995 é também aplicável a pena acessória de proibição de conduzir veículos motorizados prevista no artigo 69.º, n.º 1, do mesmo Código Penal, na redacção anterior à vigência da Lei n.º 77/2001, de 13 de Julho.

■ **Lei n.º 20/2002, 21 de Agosto**

Quinta alteração ao Código da Estrada e revogação da Lei n.º 1/2002, de 2 de Janeiro.

■ **Jurisprudência n.º 6/2002, de 18 de Julho**

A alínea c) do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 522/85, de 31 de Dezembro, exige para a procedência do direito de regresso contra o condutor por ter agido sob influência do álcool o ónus da prova pela seguradora do anexo de causalidade adequada entre a condução sob o efeito do álcool e o acidente.

■ **Lei n.º 1/2002, de 2 de Janeiro**

Primeira alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei n.º 265-A/2001, de 28 de Setembro, que altera os Decretos-Leis n.ºs 114/94, de 3 de Maio, e 2/98, de 3 de Janeiro, bem como o Código da Estrada, e revoga os Decretos-Leis n.ºs 162/2001, de 22 de Maio, e 178-A/2001, de 12 de Junho.

■ **Resolução do Conselho de Ministros n.º 151/2001, de 11 de Outubro**

Altera o n.º 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/97, de 20 de Fevereiro, que cria o Conselho Nacional de Segurança Rodoviária, presidido pelo Ministro da Administração Interna, estabelece a sua composição e define as suas competências.

■ **Declaração de Rectificação n.º 19-B/2001, de 29 de Setembro**

De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 265-A/2001, do Ministério da Administração Interna, que altera os Decretos-Leis n.ºs 114/94, de 3 de Maio, e 2/98, de 3 de Janeiro, bem como o Código da Estrada, e revoga os Decretos-Leis n.ºs 162/2001, de 22 de Maio, e 178-A/2001, de 12 de Junho, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 226 (suplemento), de 28 de Setembro de 2001.

■ **Decreto-Lei n.º 265-A/2001, de 28 de Setembro**

Altera os Decretos-Leis n.ºs 114/94, de 3 de Maio, e 2/98, de 3 de Janeiro, bem como o Código da Estrada, e revoga os Decretos-Leis n.ºs 162/2001, de 22 de Maio, e 178-A/2001, de 12 de Junho.

■ **Declaração de Rectificação n.º 13-A/2001, de 24 de Maio**

Rectifica o Decreto-Lei n.º 162/2001, do Ministério da Administração Interna, que altera o Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio, que aprova o Código da Estrada, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 118, de 22 de Maio de 2001.

■ **Decreto-Lei n.º 162/2001 de, 22 de Maio**

Altera o Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio, que aprova o Código da Estrada.

■ **Despacho n.º 7537/2000, de 7 de Abril**

Definição de ferido grave e a forma e conteúdo da notificação a efectuar aos peões ou condutores ilesos intervenientes em acidente para efeito de submissão a exame de rastreio do estado de influenciado por substâncias estupefacientes ou psicotrópicas.

■ **Assento n.º 5/99, de 20 de Julho**

O agente do crime de condução em estado de embriaguez, previsto e punido pelo artigo 292.º do Código Penal, deve ser sancionado, a título de pena acessória, com a proibição de conduzir prevista no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código Penal.

▣ **Declaração de Rectificação n.º 22-X/98, de 31 de Dezembro**

De ter sido rectificada a Portaria n.º 1006/98, dos Ministérios da Administração Interna, da Justiça e da Saúde, que fixa os requisitos a que devem obedecer os analisadores quantitativos e o modo como se deve proceder à recolha, acondicionamento e expedição das amostras biológicas destinadas às análises toxicológicas para determinação da taxa de álcool no sangue e para confirmação da presença de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 277, de 30 de Novembro de 1998.

▣ **Declaração de Rectificação n.º 22-V/98, de 31 de Dezembro**

De ter sido rectificada a Portaria n.º 1005/98, dos Ministérios da Administração Interna, da Justiça e da Saúde, que fixa as taxas a cobrar pelos exames médicos e toxicológicos necessários à fiscalização de condução sob influência do álcool ou de substâncias psicotrópicas, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 277, de 30 de Novembro de 1998.

▣ **Portaria n.º 1006/98, de 30 de Novembro**

Fixa os requisitos a que devem obedecer os analisadores quantitativos e o modo como se deve proceder à recolha, acondicionamento e expedição das amostras biológicas destinadas às análises toxicológicas para determinação da taxa de álcool no sangue e para confirmação da presença de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas.

▣ **Portaria n.º 1005/98, de 30 de Novembro**

Fixa as taxas a cobrar pelos exames médicos e toxicológicos necessários à fiscalização da condução sob influência do álcool ou de substâncias psicotrópicas.

▣ **Decreto Regulamentar n.º 24/98, de 30 de Outubro**

Regulamenta os procedimentos para a fiscalização da condução sob a influência do álcool ou de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas.

▣ **Declaração de Rectificação n.º 1-A/98, de 31 de Janeiro**

De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 2/98, do Ministério da Administração Interna, que altera o Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio (Código da Estrada), publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 2, de 3 de Janeiro de 1998.

▣ **Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro**

Altera o Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio (Código da Estrada).

▣ **Decreto-Lei n.º 114/94 DR 102/94 SÉRIE I-A de 3 de Maio**

Ministério da Administração Interna Aprova o Código da Estrada.

Comunicação Comercial

Código da Publicidade

Versão Consolidada

Decreto-Lei n.º 330/90 de 23 de Outubro.

(Alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 74/93, de 10 de Março, 6/95, de 17 de Janeiro, 61/97, de 25 de Março, 275/98, de 9 de Setembro, 51/2001, de 15 de Fevereiro, 332/2001, de 24 de Dezembro, 81/2002, de 4 de Abril, e 224/2004, de 4 de Dezembro, e pelas Leis n.ºs 31-A/98, de 14 de Julho, 32/2003, de 22 de Agosto e 37/2007, de 14 de Agosto).